

# ALIANÇAS POLÍTICAS E GOVERNOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS RELAÇÕES FEDERATIVAS

Caio César Silveira da Silva<sup>1</sup> | Érica Priscilla Carvalho De Lima Machado<sup>2</sup>  
Jonilson De Souza Figueiredo<sup>3</sup> | William Gledson e Silva<sup>4</sup>

---

**Como citar:** SILVA, C. C. S. et al. Alianças políticas e governos municipais do Rio Grande do Norte: uma análise a partir das relações federativas. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas - RAEPP*, v. 7, n. 1, p. 2-18, 2024.

---

**Resumo:** Este artigo teve o objetivo de analisar, comparativamente, a dinâmica econômica municipal potiguar diante dos recursos arrecadados de modo próprio e / ou via transferências intergovernamentais (estaduais ou federais) em 2020. Metodologicamente, usou-se uma revisão de literatura que abordou os principais conceitos aqui admitidos e instrumentos de mensuração procedentes das estatísticas descritivas e o modelo de regressão múltipla. Os resultados alcançaram evidências nas quais o Produto Interno Bruto (PIB) municipal potiguar demonstrou comportamento positivo diante das fontes de receitas (próprias ou via transferências), além um impacto estatisticamente insignificante decorrente do apoio político, explicitando, adicionalmente, uma flagrante diferenciação econômica regional no Rio Grande do Norte.

**Keywords:** Municípios Potiguares. Receitas Próprias e Transferências Intergovernamentais. Apoio Político.

**Abstract:** This article aims to comparatively analyze the economic dynamics of municipalities in Rio Grande do Norte based on the revenues they generated independently and/or received through intergovernmental transfers (state or federal) in 2020. Methodologically, the study employs a literature review covering the key concepts adopted here, as well as measurement tools derived from descriptive statistics and a multiple regression model. The findings provide evidence that the municipal Gross Domestic Product (GDP) of Rio Grande do Norte showed a positive relationship with revenue sources (both own-source and transfer-based), while political support had a statistically insignificant effect. The results also reveal a clear pattern of regional economic disparities within the state.

**Keywords:** Here are the terms translated into clear, native-sounding English:

---

<sup>1</sup>Economista e Especialista em Avaliação de políticas Públicas pela UERN. E-mail: caiocesilveira@gmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Economia pela UFU. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: ericapcl1@gmail.com

<sup>3</sup>Bacharel e mestre em Economia (UFRN), com doutorado em Demografia (UFRN). E-mail: jonilson23f@gmail.com

<sup>4</sup>Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Docente do Departamento de Economia UERN/Campus Assú. E-mail: williangledson@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

As instituições políticas do Brasil, diante do aspecto da administração pública, determinam o foco das políticas públicas por meio da elaboração e execução do orçamento, no sentido da aplicação de recursos mediante sua existência previamente determinada no orçamento das diferentes instâncias.

É importante acentuar que as instituições presentes no plano do Estado reúnem, dentre inúmeros aspectos, uma orientação constitucional marcada como garantia normativa das ações do setor público nas distintas esferas, ou, como ressalta Nicos Poulantzas, destacado por Silva (2017), os órgãos componentes do aparelho estatal, a exemplo do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Forças Armadas etc.

No entanto, as instâncias executiva e legislativa correspondem a uma característica de democracia representativa, na leitura de Silva e Ferreira (2024), em que os agentes escolhem seus representantes a fim de elaborar políticas públicas, as quais circunscrevem preferências de eleitores com vistas à definição das demandas a serem atendidas pelo setor público.

Os poderes Executivo e Legislativo, configurados pelo processo eleitoral de aspecto partidário, determinam setores da sociedade que mais necessitam de atenção. Dessa forma, o Poder Executivo tem a prerrogativa de criar os orçamentos, como os Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), e ao Legislativo é imputado o dever de aprovar e modificar esses orçamentos, de acordo com Limongi e Figueiredo (1998).

Silva et al. (2021b) permitem apontar que uma ressalva decorre da articulação do Executivo e Legislativo no processo de elaboração orçamentária, pois as normas enfatizadas circunscrevem traços políticos no sentido da orientação a ser aplicada nas tomadas de decisão dos diferentes níveis da presença estatal; ou seja, a forma destacada aponta para a identificação dos comportamentos de apoiadores e opositores dentro do parlamento frente ao governo, segundo nuances de Silva (2022).

Silva e Ferreira (2024), dentre inúmeros outros autores, apresentam o denominado modelo de mercado eleitoral de Schumpeter, o qual assinala que as elites competem em busca do voto dos eleitores dotados da ausência de racionalidade em suas escolhas no tocante aos seus representantes, configurando um sistema democrático marcado pela dominação das elites concorrentes.

Os autores supracitados demonstram, necessariamente, a demanda das classes economicamente menos favorecidas por transferências de renda capazes de permitir o consumo de itens de primeiras necessidades, convergindo com Silva (2022), que amplia tal compreensão ao identificar a oferta de bens públicos, constituindo uma combinação conceitual relevante a um cenário federativamente estabelecido.

Assim, Silva (2009; 2017) assinala, nos trabalhos mencionados, que o sistema federativo corresponde a um tipo de administração pública referente ao Estado, marcado pela repartição do poder, havendo, por sua vez, unidades passíveis de assumir determinadas competências, além de tributarem dimensões específicas da economia em sua integralidade — a exemplo da renda, consumo, patrimônio —, de modo a ser pertinente explorar semelhante temática neste trabalho.

Adicionalmente, as relações federativas exprimem realces de caracterização da vinculação entre as instâncias pertencentes ao Estado; isto é, o denominado aparelho estatal reúne Executivo, Legislativo, Judiciário, dentre outros, cuja extensão jurisdicional amalgama limites de tomadas de decisão dos administradores de diferentes

entes federativos, correspondendo à percepção extraída dos estudos de Silva (2009), Marques Jr. et al. (2012) e Luna et al. (2017).

Após estas considerações iniciais, faz-se importante mencionar que os gestores locais, a exemplo dos municípios potiguares, estabelecem significativos apoios políticos firmados na forma de alianças entre diferentes esferas governamentais norte-rio-grandenses diante do governador estadual e do líder do Executivo municipal frente aos apoiadores legisladores municipais (vereadores), sendo esta última aliança o objeto a ser explorado nesta pesquisa.

A hipótese do artigo sustenta que o apoio político dos legisladores locais em relação ao chefe do Executivo municipal implica positivamente na dinâmica das economias locais, reforçando o efeito igualmente positivo das transferências intergovernamentais (estaduais e federais) e dos recursos arrecadados de modo próprio nos distintos entes federativos do Rio Grande do Norte (RN).

Os objetivos do trabalho preconizam analisar, comparativamente, a dinâmica econômica municipal potiguar em resposta ao comportamento do conjunto de receitas arrecadadas pelos entes municipais enfatizados, tanto de origem própria como via transferências (estaduais ou federais), além do apoio político dos vereadores diante do prefeito no ano de 2020.

Afinal, o artigo prevê mais quatro itens além desta introdução. Na sequência, são discutidas as principais contribuições teóricas; posteriormente, os procedimentos metodológicos são apresentados sumariamente; subsequentemente, os resultados fundamentais da investigação são analisados e discutidos, reservando-se ao término as considerações finais.

## 2 NOTAS TEÓRICAS SOBRE FEDERALISMO FISCAL E CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS

Esta seção traz os teóricos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, cuja preocupação é sistematizar elementos conceituais capazes de identificar traços que sustentem as análises dos realces empíricos esperados por ocasião da conclusão do trabalho.

Silva (2022), inicialmente, aponta a relevante contribuição dessa divisão de poderes (sistema federativo) como propósito para que o Estado, de forma geral, consiga atender às necessidades individuais de cada localidade ou região, maximizando a eficiência de sua atuação, levando em consideração o aspecto geográfico, cultural e suas derivações.

Dessa forma, o modelo federativo cumpre o papel de atender determinados setores da sociedade e situações mais particulares, apontando a autonomia, cooperação e concorrência entre os agentes, encontrando-se o estabelecimento de um relacionamento federativo, a exemplo das diferentes unidades que cooperam e/ou competem entre si, tomando como referência o objeto pelo qual se está considerando, de acordo com Marques Junior et al. (2012).

Ressalte-se, por extensão, que Silva (2009) descreve haver um trio de funções governamentais associadas às dimensões alocativa, distributiva e estabilizadora, no qual o autor assinala ocorrer atribuições imputadas ao setor público que sistematizam tomadas de decisão economicamente fundamentais.

A função alocativa diz respeito à capacidade governamental de recolher recursos via tributos e destiná-los às diferentes áreas da administração pública, convergindo com a teoria da finança pública de Myrdal (1997), em que o autor sublinha haver princípios importantes, como o da capacidade de pagamento e o princípio do benefício.

Assim, Myrdal (1997) aponta que os agentes possuem capacidades de pagamento distintas, cuja ação do setor público repousa na tributação progressiva de cada indivíduo segundo seu poder de pagamento, além do princípio do benefício, ligado ao beneficiamento de bens públicos para os contribuintes mediante o financiamento dos impostos cobrados da população, isto é, os impostos pagos pelos contribuintes garantem a oferta de bens e/ou serviços públicos demandados socialmente.

Já a função distributiva se vincula à atribuição governamental de recolher recursos da população mais rica e distribuir para os agentes menos favorecidos, simetricamente, sendo que áreas dinamicamente mais robustas transferem parcela significativa de seus rendimentos para que haja repasse às porções espaciais menos dinâmicas economicamente.

Com efeito, Brito et al. (2022) mostram que, no Brasil, há o denominado Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o qual corresponde a um tipo de recurso em que a União recolhe tributos ligados à renda das empresas e famílias e impostos originários de produtos industrializados, repassando percentual dessas receitas aos entes municipais, de modo que as regiões mais desenvolvidas contribuem relativamente mais e aquelas menos dinâmicas recebem volumes proporcionalmente maiores, esclarecendo haver a função distributiva.

Afinal, a atribuição estabilizadora corresponde a uma tipificação marcada pela busca de alcançar níveis de crescimento econômico, emprego e preços estáveis, significando a possibilidade de os agentes formularem suas expectativas dentro de um ambiente economicamente previsível, convergindo com as discussões apresentadas por Silva (2022).

Após as breves considerações até então destacadas, via de regra, torna-se importante mencionar a existência de um sistema político-administrativo imputado ao Estado brasileiro, associado a um modelo de Federação, estabelecendo níveis com amplitudes diferentes em termos de alcance da gestão pública, a exemplo da União, estados e Distrito Federal (DF) e os municípios, os quais assumem papéis específicos, conforme apontamentos de Silva Filho et al. (2011) e Silva et al. (2021).

Nesse sentido, Silva (2009) realça que cada ente federativo recebe uma competência a ser cumprida federativamente, ou seja, as instâncias governamentais passam a exercer funções particulares na esteira da administração pública do país, cuja Constituição Federal (CF) de 1988 define com clareza as atribuições desenvolvidas no interior das jurisdições.

De fato, Silva (2022) salienta que a União, por exemplo, assume a competência de tributar a renda dos agentes; estados e DF, o consumo; e os municípios, o patrimônio, além de que os gastos com saúde e educação variam dos níveis de menor complexidade aos patamares mais elevados mediante a amplitude federativa de cada instância governamental.

Portanto, os bens públicos demonstram, adequadamente, como as atribuições federativas no Brasil se desdobram: o ensino básico e a coleta de lixo competem aos municípios, o ensino médio e o serviço de saúde de média complexidade são papéis dos estados, reservando ao ensino superior e à saúde de alta complexidade corresponder às realizações de natureza do Governo Federal, cujas sinalizações revelam,

minimamente, as tarefas constitucionalmente definidas, segundo subsídios de Affonso (2003).

Finalmente, Arretche (2004) permite destacar que é pertinente haver políticas públicas mais localizadas, isto é, entende-se que gestores mais próximos dos problemas locais são mais capazes de identificar demandas e propor soluções eficientes, sendo necessário ampliar a desconcentração dos recursos da União em direção aos entes de menor amplitude, especialmente municípios, denotando serem as transferências intergovernamentais, no contexto da descentralização fiscal, um caminho plausível.

A descentralização fiscal, claramente, significa que as unidades federativas subnacionais podem revelar uma maior ou menor autonomia e poder decisório dentro de uma orientação institucional constitucionalmente determinada — no caso brasileiro, a Constituição Federal (CF) de 1988 —, segundo nuances de Silva (2009; 2017).

Silva (2022), via de regra, aponta que há um modelo regional que permite ocorrer mobilidade dos agentes/atores entre diferentes lugares, incluindo a possibilidade de alterações no próprio mercado eleitoral, pois as movimentações de eleitores implicam em eventuais demandas assimétricas por políticas públicas, conforme Silva Filho et al. (2019) assinalam na análise de efeitos migratórios.

Silva e Ferreira (2024) categoricamente demonstram que as mobilidades populacionais inter-regionais modificam, provavelmente, o comportamento das elites competidoras pelo voto dos agentes/atores migrantes, haja vista o conjunto de preferências do eleitorado se tornar distinto, implicando, tendencialmente, na formulação e oferta de políticas públicas.

De fato, a função estatal distributiva preconiza haver um processo de partição dos recursos auferidos federativamente, em que a existência das transferências intergovernamentais procura reduzir diferenças regionais, visto que áreas economicamente mais dinâmicas fornecem maiores fatias do bolo tributário com o propósito de redistribuição para cortes espaciais menos dinâmicos, compatibilizando com Silva (2009), Silva Filho et al. (2011) e Silva et al. (2022).

Ressalte-se, todavia, que a descentralização fiscal permite suscitar uma repartição das receitas e competências, cuja garantia da oferta de bens públicos capazes de atender às demandas locais, necessariamente, viabiliza condições de desenvolvimento regional no Brasil, segundo recuperação de Silva et al. (2021).

É relevante enfatizar, claramente, que na descentralização fiscal há um debate bastante significativo: por um lado, os defensores sustentam o financiamento fundamental da oferta de bens públicos; por outro, os contestadores assumem o argumento do desequilíbrio macroeconômico como consequência, sendo preponderante inibir tendenciais instabilidades, de acordo com a recuperação de Silva (2009).

Assim, o autor supracitado ainda acentua, a rigor, haver na função estabilizadora uma postura administrativa imputada, essencialmente, à União, na perspectiva da garantia de um cenário econômico estável, com taxas de crescimento da economia sustentáveis, inflação e juros menos elevados, bem como orientar os agentes/atores em um ambiente o menos incerto possível.

No aspecto político, por seu turno, o objetivo é verificar se as decisões e alianças dos agentes políticos são efetivamente positivas para a sociedade, ou seja, se o ambiente político proporciona melhorias sociais e econômicas para as esferas municipais dentro do sistema federativo brasileiro.

Com efeito, torna-se importante recuperar os conceitos de partidos competitivos e ingovernabilidade de Offe (1984); o autor discute em seu modelo teórico de

Estado capitalista elementos centrais ao desenvolvimento desta análise e, sobretudo, realces passíveis da elaboração das chaves explicativas do panorama político.

Assim, a ideia de partidos competitivos assevera que há, no interior do Estado capitalista, mais precisamente no campo do parlamento, expressões partidárias capazes de resguardar identidades ideológicas, tais como partidos de inclinação liberal, conservadora, cristã, trabalhista, dentre inúmeros planos ideológicos, assinalando haver enquadramentos das vertentes políticas fragmentárias do poder político do Estado.

Adicionalmente, Offe (1984) acentua que ingovernabilidade corresponde à capacidade do estabelecimento político de alianças no interior do parlamento, em que os partidos políticos de identidade específica se articulam a fim de sistematizar apoios políticos ao chefe do Executivo, de modo que as diferentes instâncias governamentais de distintas amplitudes federativas fazem construções políticas correlatas ao conceito de ingovernabilidade.

Portanto, partidos competitivos e ingovernabilidade apontam corolários teóricos significativos fundamentais para denotar articulações políticas que se desdobram federativamente, cujas reverberações observadas em um plano institucionalmente descentralizado demonstram relevantes traços de impacto do panorama político no dinamismo econômico.

Em reforço ao contexto analítico marxista, Silva (2019) recupera a teoria de Nicos Poulantzas, consistente com a reflexão sobre o Estado capitalista, no qual o autor formula o conceito de autonomia relativa do ente estatal, cuja preocupação repousa na aceitação de que o conflito de classes sociais é passível de ocorrência no interior do aparelho de Estado, particularmente entre todas as instituições componentes.

Assim, a autonomia relativa chancela haver o atravessamento das classes no Estado, no qual cada órgão — como Executivo (ente governamental), Legislativo, Judiciário, dentre outros — necessariamente resguarda membros das classes dominante vis-à-vis integrantes da classe dominada, reverberando na condição federativa envolta em correlação de forças marcadas pela expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas, seja através da escolha presidencial de forma assimétrica entre as classes, seja pela formulação de políticas públicas favorecedoras diferentemente e legisladas pelo parlamento.

Finalmente, cada órgão estatal, a partir da teoria de Poulantzas destacada por Silva (2019), lança mão da possibilidade de conflitos entre classes sociais diferenciadas, demonstrando haver contradições políticas passíveis de repercutir nas relações sociais e econômicas, correspondendo a uma esfera de análise bastante significativa, cujos aspectos federativos brasileiros demarcam sinais dialeticamente possíveis.

Dando sequência ao raciocínio, Silva e Ferreira (2024) argumentam que há um modelo teórico robusto na ciência política, isto é, a ideia de mercado eleitoral presume haver eleitores com notável apatia e que seus votos são disputados pelas elites concorrentes, demonstrando, a rigor, a existência de oligarquias presentes nos diferentes lugares.

Nestes termos, áreas com eleitores dotados de baixo nível intelectual e economicamente dependentes do poder público local, especialmente, na verdade, convergem ao que Melo (2015) e Silva e Ferreira (2021) traduzem como patrimonialismo/clientelismo capaz de gerar trocas de favores políticos, sendo bastante usuais os cargos comissionados.

Uma significativa discussão teórica ainda passível de consideração corresponde ao argumento de Limongi e Figueiredo (1998), os quais sustentam que o poder legisla-

tivo do Presidente da República do Brasil é bastante representativo, isto é, os partidos políticos são disciplinados e a capacidade de legislar alcança níveis robustos no sentido do direcionamento decisório com reduzida contestação no parlamento.

De maneira mais clara, Dahl (2005) reforça os elementos teóricos antes apontados na medida em que discute, em seu trabalho, a ideia de democratização, cujos aspectos básicos, dentre outros, giram em torno da liberdade de preferência, de voto, elegibilidade, expressão, associação etc. Assim, os apontamentos sinalizam haver enquadramentos conceituais significativos.

O exposto anteriormente, necessariamente, possibilita observar que o mercado eleitoral e seus desdobramentos requerem a liberdade e a capacidade de contestação apresentadas por Dahl (2005), cujas consequências deste conjunto conceitual lançam luzes ao processo de análise da Federação brasileira aqui admitida.

Com efeito, os autores permitem considerar pistas passíveis da aceitação do quadro federativo enquanto mecanismo institucional formal, quer dizer, os entes subnacionais (estados e municípios) apresentam, tendencialmente, um poder legislativo ainda mais contundente em termos relativos diante dos parlamentos correspondentes, acentuando a revelação de panoramas delineadores das dinâmicas políticas locais.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção procura explicitar os procedimentos metodológicos fundamentais para a realização da pesquisa, isto é, os aspectos procedimentais buscam esclarecer os passos a serem traçados a fim de se obter o esperado no trabalho. Assim, os tipos investigativos, a forma e o tratamento dos dados, bem como os instrumentos de mensuração, são evidenciados ao longo do item.

O artigo prevê, via de regra, o uso de aspectos ligados a um levantamento bibliográfico, documental e de amostragem, presentes nas leituras de Silva Filho et al. (2011) e Silva (2017), em que tais técnicas de investigação permitem a construção do trabalho aqui evidenciado e suas prerrogativas fundamentais.

Seguindo o detalhamento metodológico, faz-se necessário apresentar as variáveis independentes do estudo, isto é, a Receita Tributária (RT), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que representam as variáveis de cunho fiscal dos entes federativos aqui considerados, conforme os procedimentos realizados nos trabalhos de Silva et al. (2021) e Silva (2022).

Acrescente-se, via de regra, que a variável dependente corresponde ao PIB municipal potiguar, isto é, o indicador representa a dinamicidade econômica capaz de responder às oscilações das rubricas de arrecadação anteriormente enfatizadas e ao apoio político, demonstrando, por sua vez, a explicitação da relação central esperada no estudo.

As pesquisas mencionadas mostram, tanto para municípios quanto para estados, que as finanças públicas subnacionais brasileiras são explicadas, ao menos em parte, por recursos próprios e pelos repasses estaduais e federais, denotando o modo de financiamento das despesas públicas (custeio e/ou investimentos), o que possibilita vincular aspectos fiscais à dinamicidade das economias locais.

Nesse sentido, Silva et al. (2022) fornecem subsídios quanto à admissibilidade da variável dependente correspondente ao Produto Interno Bruto, possibilitando

apoiar-se nos autores e firmar a relação de causa e efeito assim proposta: o PIB respondendo aos estímulos advindos da RT, ICMS e FPM, sistematizando a análise quantitativa a ser realizada.

Finalmente, a variável *apoio político* decorre da articulação dos prefeitos diante dos parlamentares locais (vereadores), constituindo construção semelhante à formação de alianças políticas capazes de favorecer o Executivo municipal na aprovação, com maior ou menor facilidade, dos projetos encaminhados à Câmara de Vereadores, conforme a fundamentação teórica do denominado presidencialismo de coalizão discutido por Limongi e Figueiredo (1998).

Portanto, do ponto de vista quantitativo, a investigação prevê que o município que apresentar maioria de parlamentares locais (governabilidade decorrente de maior apoio dos vereadores) receba o valor 1, enquanto o caso de uma oposição mais numerosa receba 0, admitindo-se, para tal, a utilização de variáveis *dummy*.

Segue-se, todavia, que os instrumentos de mensuração desta pesquisa giram em torno de estatísticas descritivas capazes de demonstrar a média e o desvio-padrão das variáveis fiscais da pesquisa, cujo objetivo é apresentar o ambiente mais geral das finanças públicas e da dinâmica econômica municipal do Vale do Açu, abrindo a exibição das evidências empíricas complementadas pelo modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Dando sequência a esta explicação, faz-se necessário mostrar, de forma resumida, os elementos mais importantes do modelo de MQO, o qual é utilizado no trabalho de Silva Filho et al. (2011), possibilitando estabelecer uma relação entre uma variável dependente (explicada ou endógena) e as variáveis independentes (explicativas ou exógenas), denotando ocorrer na vinculação a explicitação analítica esperada nesta investigação.

Os autores supracitados resgatam, na literatura econométrica, o mecanismo de relacionamento entre a variável dependente  $Y$ , que responde às variações de um conjunto de variáveis exógenas ( $X_1, X_2, \dots, X_K$ ), acrescentando um erro aleatório  $\varepsilon$  à estrutura do modelo.

Assim, o instrumento econométrico lança mão de:

$$Y = X\beta + \varepsilon \quad (1)$$

em que  $Y$  pode ser entendida como variável explicada,  $X$  representa a matriz de variáveis exógenas ( $N \times K$ )<sup>5</sup>,  $\beta$  corresponde ao vetor de parâmetros da função de regressão ( $K \times 1$ ), e  $\varepsilon$  representa o termo de erro aleatório decorrente do mecanismo de estimação, estando ligado aos desvios em relação à média amostral<sup>6</sup>.

Saliente-se, por sua vez, que neste modelo há o  $Y$  observado e o estimado  $\hat{Y}$ , sendo que a diferença entre eles sinaliza a existência do erro  $\varepsilon$ . Todavia, pode-se obter  $\hat{Y}$ .

Ressalte-se que  $\hat{Y}$  é produto do processo de estimação, o qual é passível de obtenção a partir de<sup>7</sup>:

$$\hat{Y}_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i \quad (1 \dots K) \quad (2)$$

<sup>5</sup>N é o tamanho da amostra e K é o *rank* da matriz.

<sup>6</sup>As estimativas de MQO, neste caso, estão associadas à dimensão amostral.

<sup>7</sup>Para maiores detalhes referentes ao processo de derivação de  $\beta$ , consultar Johnston e Dinardo (2001).

Nesses termos, torna-se possível determinar o erro  $\varepsilon$ , obtido por:

$$\varepsilon = Y - \hat{Y} \quad (3)$$

Finalmente, alcança-se a possibilidade de explicitar a equação linearizada de MQO, cuja proposição constante neste trabalho decorre da tentativa de logaritmizar ambos os lados da expressão, a fim de medir, via elasticidades entre as variáveis da pesquisa, os resultados esperados no estudo:

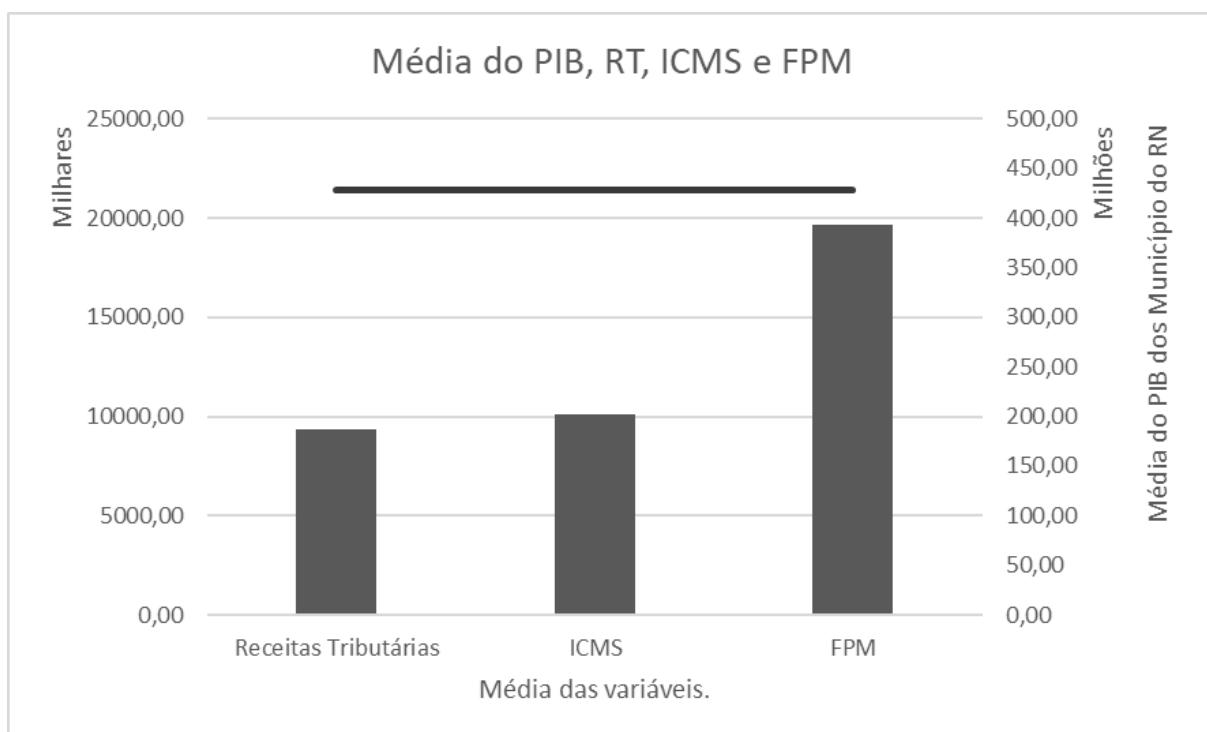
$$\ln(\hat{Y}_i) = \beta_0 + \beta_1 \ln(X_i) + \varepsilon_i \quad (4)$$

$$\ln(Y_i) = \beta_0 + \beta_1 \ln(X_1) + \beta_2 \ln(X_2) + \beta_3 \ln(X_3) + \varepsilon \quad (5)$$

## 4 NOTAS SOBRE DINÂMICA ECONÔMICA MUNICIPAL POTIGUAR DIANTE DOS QUADROS FISCAIS E POLÍTICOS

Esta seção tem a preocupação de apresentar os principais resultados obtidos por ocasião da análise da investigação, isto é, os instrumentos de mensuração buscam mostrar como o comportamento do PIB responde ao que se verifica nas demais variáveis associadas às receitas públicas imputadas aos municípios potiguares e ao denominado apoio político, relacionando-os mais adiante por meio do modelo econométrico de regressão múltipla.

Antes, porém, uma constatação decorre da percepção interespacial no Rio Grande do Norte, com significativa diferenciação regional, de acordo com Silva Filho et al. (2011) e Silva (2017), pois os autores admitem haver, no corte territorial nordestino e potiguar, dinâmicas econômicas destoantes entre os municípios, existindo entes mais dinâmicos cercados por tantos outros menos produtivos socialmente, o que acentua o observado inicialmente no estudo.

**Figura 1** – Média das variáveis do estudo.

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do FINBRA/STN (2020).

De posse da Figura 1, torna-se importante mencionar que as variáveis da pesquisa, em termos médios, repercutem na atividade econômica média, isto é, as rubricas fiscais financiadoras dos diversos gastos locais, provocando, na verdade, ganhos econômicos marcados pelo aumento da demanda agregada localmente estimuladora do ciclo virtuoso, conforme acentua Silva (2017).

Dando sequência a esta análise, observa-se que a Tabela 1 postada a seguir traz estatísticas descritivas acerca das variáveis, de um lado o PIB municipal potiguar em 2020 revela uma média inferior ao grau elevado de variabilidade estadual, reforçando a ideia de assimetria interespacial com economias mais fortes ilhadas por aquelas menos dinâmicas, conforme subsídios de Silva (2009), Silva Filho et al. (2011) e Silva et al. (2022).

Reforçando os resultados anteriores, a RT demonstra uma variabilidade muito mais expressiva comparativamente à média, em outras palavras, a diferenciação regional potiguar denota haver municípios economicamente mais fortes e com capacidade de recolhimento tributário mais representativo, tornando a percepção prévia mais clara, em concordância com Silva et al. (2021) e Silva et al. (2023).

Além disso, tanto o ICMS e o FPM mostram comportamentos semelhantes, ou seja, a média de ambas as fontes de transferências denotam uma média superior à variabilidade, reforçando a destacada distinção territorial potiguar, salientando ocorrer uma acentuada diferenciação do corte espacial considerado entre as variáveis econômicas e fiscais.

**Tabela 1** - Estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa (em Reais)

Variáveis	Média	Desvio-padrão
PIB	428.605.449,10	1.893.907.647,21
RT	9.360.668,38	62.434.039,24
ICMS	10.121.092,09	34.053.657,06
FPM	19.686.150,20	33.243.140,13
Apoio Político	0,73	0,45

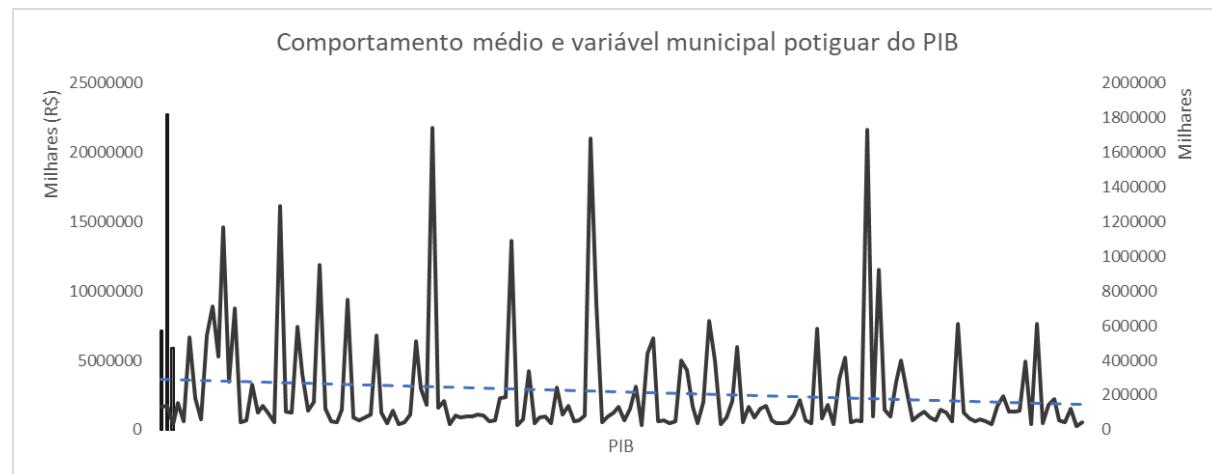
Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do FINBRA/STN (2020).

Por fim, o apoio político é a única variável que o desvio-padrão se enquadra aquém da média, sinalizando haver um comportamento político menos discrepante e, portanto, independente do porte municipal o estabelecimento de acordos entre os atores políticos, sendo a tônica observada na variável, compatibilizando com Gomes e Mac Dowel (2000) e Melo (2015).

Seguindo a discussão, Brito et al. (2022) permitem considerar o Fundo de Participação dos Municípios como a variável com menor dispersão, pois semelhante razão decorre do fato do FPM ser calculado a partir de uma base populacional como piso e há um valor pelo qual se encontra cota parte do fundo constitucional enfatizado, sinalizando corresponder ao valor menos discrepante entre os municípios potiguares especialmente.

Já o Produto Interno Bruto local, a rigor, descreve a mais representativa dispersão entre as variáveis do trabalho, cuja explicação antes apontada indica corresponder ao ritmo da atividade econômica o fator capaz de revelar quão diferenciados são os entes federativos norte-rio-grandenses, convergindo as análises de Silva (2009).

Afinal, as demais variáveis RT e ICMS enquanto rubricas fiscais, semelhantemente seguem o comportamento da economia no sentido de haver mais consumo e, consequentemente arrecadação estadual com uma economia que se expande, acen-tuando ser proveniente de ciclos virtuosos procedentes do aumento da demanda agregada e disparando tais reverberações, segundo contribuições de Silva (2017).

**Figura 2** – Comportamento médio e variável municipal potiguar do PIB.

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do FINBRA/STN (2020).

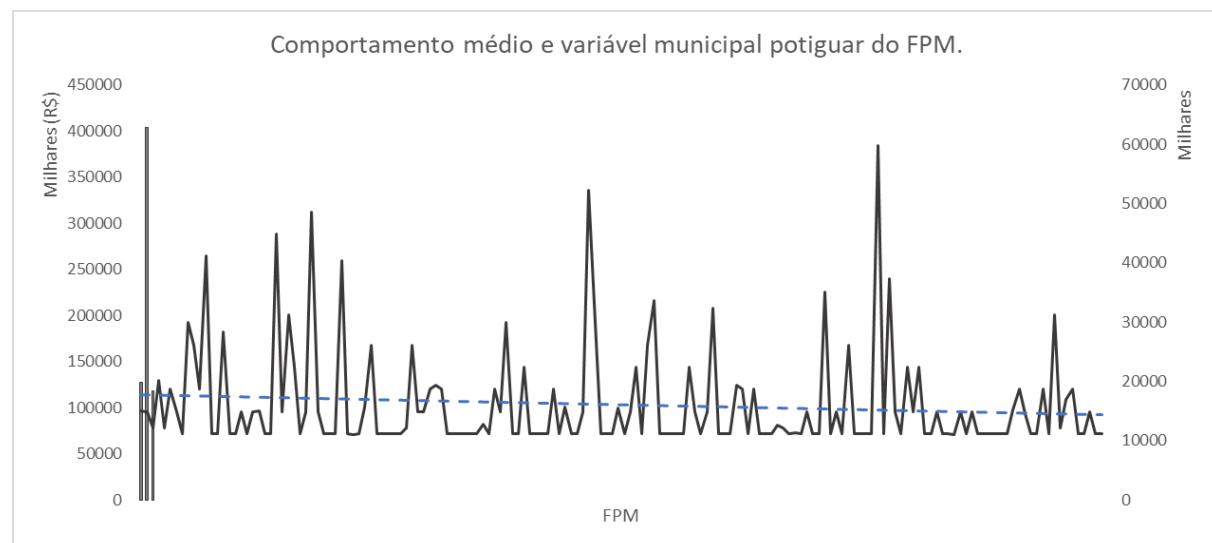
Reforçando a exposição da Tabela 1, a Figura 2 traz a demonstração da forte

variabilidade do PIB municipal do Rio Grande do Norte, onde os entes federativos locais exibem dinamicidades econômicas bastante distintas, acentuando um caráter teórico regional convergente com os denominados lugares centrais ou ainda áreas de polos de desenvolvimento, de acordo com a recuperação de Figueiredo et al. (2012).

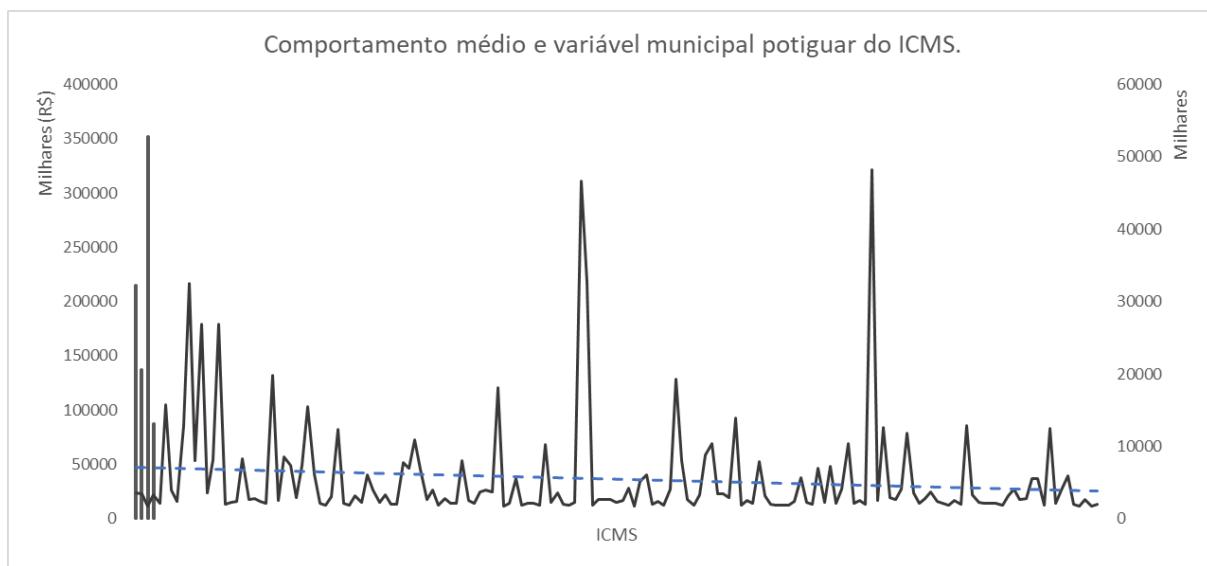
Dando sequência a explicação, a Figura 3 revela uma dispersão mais reduzida por parte do Fundo de Participação dos Municípios no RN, de modo que se evidencia uma elasticidade inferior diante da rubrica em relação à média dado que o FPM é calculado mediante um valor passível de ser multiplicado pela quantidade de habitantes, constituindo um piso ao repasse, segundo apontamentos de Silva (2006) e Brito et al. (2022).

No que diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o qual está presente na Figura 4, nota-se que o repasse de origem estadual responde tendencialmente ao que se verifica com o ritmo da atividade econômica, isto é, como o Rio Grande do Norte exibe forte diferenciação regional a fragmentação do recurso a fim de ser mais elevado para determinados entes municipais se dá através das razões até então enfatizadas, mostrando haver em um corte espacial tão fraturado socialmente as características federativas brasileiras, conforme Araújo (2000).

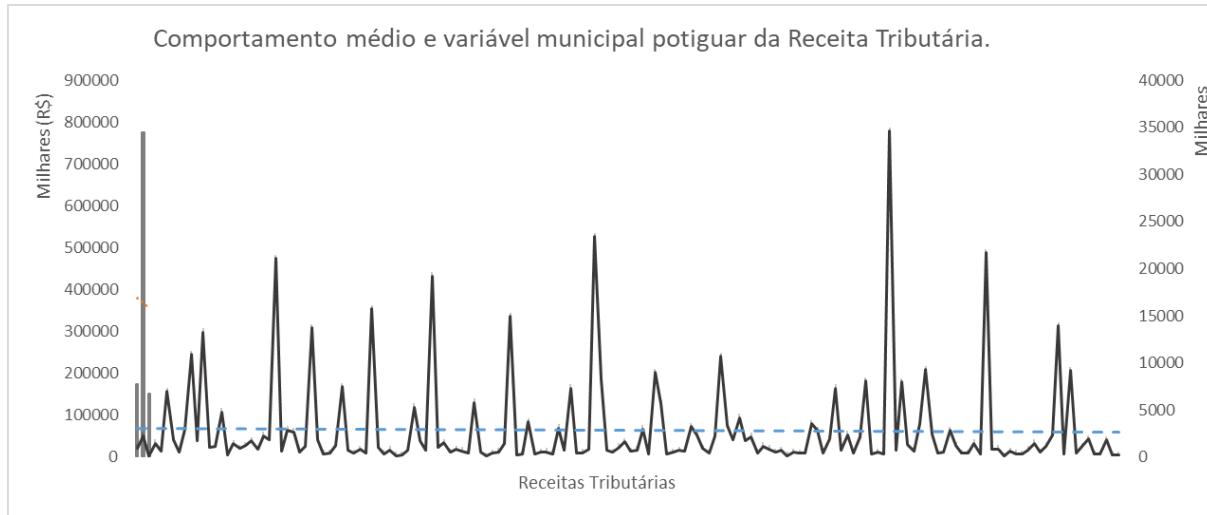
**Figura 3 – Comportamento médio e variável municipal potiguar do FPM**



**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do FINBRA/STN (2020).

**Figura 4 – Comportamento médio e variável municipal potiguar do ICMS.**

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do FINBRA/STN (2020).

**Figura 5 – Comportamento médio e variável municipal potiguar da Receitas Tributárias.**

**Fonte:** Elaboração dos autores com base em dados do FINBRA/STN (2020).

Por fim, a Figura 5 expressa que a Receita Tributária segue comportamento semelhante às demais variáveis, compatibilizando com a Tabela 1, circunscrevendo sinais de que o FPM pelas características próprias aponta para um contexto menos variável decorrente de sobressaltos econômicos, ao passo que a RT envolve aspectos relacionados com ritmo econômico, padrão de vida dos municípios, capacidade de pagamento tributário, dentre outros, convergindo com realces de Silva (2022).

Os resultados da Tabela 2, por sua vez, destacam importantes aspectos que devem ser ressaltados. Os testes realizados indicam a significância estatística e econométrica das evidências observadas, o que confere consistência ao modelo. Além disso, as medidas quantificáveis apontam comportamentos relevantes para a pesquisa, em detrimento as expectativas previamente estabelecidas.

A estatística de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), a rigor, é utilizada para minimizar a soma das diferenças entre os valores observados e os valores previstos, elevadas ao quadrado, com o objetivo de obter uma medida de distância entre os dados reais e a linha de melhor ajuste, na verdade, explicita a adequação quantitativa a fim da obtenção de evidências mais consistentes.

**Tabela 2** - Resultados do modelo de regressão múltipla Log-Log dos municípios potiguares no ano de 2020 (em percentuais)

Variável Dependente:	log(PIB)
Apoio Político	-0,039 (0,128)
Log RT	0,254*** (0,077)
Log ICMS	0,379*** (0,118)
Log FPM	0,470*** (0,199)
Constante	-5,054** (2,367)
Observações	166
R <sup>2</sup>	0,625
R <sup>2</sup> Ajustado	0,616
Erro Padrão Residual	0,726 (df = 161)
Estatística F	67,088*** (df = 4; 161)

Note: \*p<0.1; \*\*p<0.05; \*\*\*p<0.01

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do FINBRA/STN e STE (2020).

Os resultados verificados na Tabela 2 indicam que, mantendo todas as outras variáveis constantes, o apoio político dos vereadores aos gestores municipais apresenta um efeito negativo, porém não significativo, sobre o PIB dos municípios. Por outro lado, a RT, o ICMS e o FPM revelam um efeito positivo e significativo sobre o PIB, reforçando algumas evidências até então apontadas.

O R<sup>2</sup> ajustado de 0,616 indica que as variáveis independentes explicam cerca de 61,6% da variação observada no logaritmo do PIB. O F-estatístico de 67,088 e o p-valor próximo de zero sugerem que o modelo como um todo é estatisticamente significativo. O erro padrão residual de 0,726 indica que a variabilidade não explicada do modelo é relativamente baixa, sugerindo haver razões não desprezíveis para a aceitação do modelo como uma possibilidade pertinente para observar a realidade municipal potiguar sob este prisma.

Dessa forma, a significância da variável FPM, que apresenta nível de significância de 5% (p-valor = 0,047), sugere que, em média, um aumento de 1% no FPM gera crescimento de 0,47% no PIB municipal potiguar; já a variável RT aponta que, em média, o aumento de 1% na RT provoca incremento de 0,254% no PIB; da mesma forma, a elevação de 1% no ICMS proporciona uma expansão de 0,379% no PIB.

Ao verificar a variável apoio político, que apresenta um coeficiente negativo de -0,039 e um valor-p de 0,1, entende-se que seu efeito sobre o PIB não é estatisticamente significativo. Em outras palavras, a probabilidade de que a relação observada entre a variável apoio político e o PIB seja resultado do acaso é relativamente alta.

Afinal, os resultados alcançados nesta pesquisa trazem contribuições não desprezíveis, permitindo aceitar, ainda que parcialmente, a hipótese do estudo, com o atenuante de que o apoio político é estatisticamente insignificante, não sendo categórico o impacto do apoio político sobre o PIB municipal do RN em 2020, o que demanda alguns comentários conclusivos no capítulo seguinte.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de analisar, comparativamente, a dinâmica econômica municipal potiguar em resposta ao comportamento do conjunto de receitas arrecadadas pelos entes municipais enfatizados, tanto de origem própria como via transferências (estaduais ou federais), além do apoio político dos vereadores diante do prefeito em 2020, cujos aspectos metodológicos do estudo possibilitaram o alcance de resultados não desprezíveis.

De fato, a RT significou a arrecadação própria, o ICMS as transferências intergovernamentais de origem estadual e o FPM os repasses de natureza federal, demarcando tipos diferentes de receitas municipais e sinalizando características relevantes em concordância com a literatura revisada no estudo.

Por outro lado, houve a proposição da variável \*apoio político\* associada ao estabelecimento do apoio do Legislativo local diante do Executivo municipal, correspondendo a uma forma fundamental de sistematização das relações políticas que impactam a dinâmica econômica, sendo pertinente mostrar possíveis comportamentos passíveis de recuperação.

Assim, os instrumentos estatísticos descritivos e o modelo econométrico ligado ao MQO demonstraram uma resposta do PIB mais representativa diante das variações do FPM e do ICMS, comparativamente ao conjunto de tributos municipais, sinalizando que, na grande maioria dos municípios, ao menos, a capacidade de arrecadação se configurou reduzida e a principal fonte de financiamento local foi procedente dos repasses, especialmente os de natureza federal.

Já o apoio político, por sua vez, mostrou que o PIB respondeu negativamente ao cenário político, mesmo havendo uma insignificância estatística. Entretanto, o esboço empírico permitiu admitir que os acordos político-partidários nos municípios revelaram indícios não tão positivos, correspondendo a uma circunscrição contrária ao observado nas variáveis fiscais estatisticamente significativas e positivamente relacionadas ao PIB.

Afinal, os aspectos políticos apresentaram tendências não desprezíveis de supostas inclinações negativas, demonstrando haver desafios institucionais bastante importantes diante das adequações políticas de acordos entre diversos grupos de interesse na troca de favores, a exemplo da permuta de cargos públicos, implicando desfavoravelmente na atividade econômica local, em convergência com o disposto na literatura anteriormente apontada na investigação.

Portanto, este trabalho, ainda que tenha apresentado resultados não desprezíveis, demonstrou importantes limitações passíveis de serem consideradas em futuras pesquisas, a saber: necessidade de expansão da série temporal, aumento do número de unidades federativas (perspectiva de consideração da região Nordeste), utilização da modelagem ligada ao painel de dados e, finalmente, ampliação da revisão de literatura da teoria política, talvez a teoria da escolha pública, tornando mais profundas as investigações acrescentadas à que agora se concluiu.

## REFERÊNCIAS

- AFFONSO, R. B. A. *O Federalismo e as Teorias Hegemônicas da Economia do Setor Público na Segunda Metade do Século XX: um balanço crítico*. 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.
- ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.
- BRITO, T. K. de S.; et al. Previsão mensal dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) Norte-Rio-Grandenses a partir de um modelo de séries temporais. *Revista Economia e Região*, v. 10, n. 3, p. 33-48, 2022.
- DAHL, R. A. Democratização e oposição pública. In: DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FIGUEIREDO, J. S.; et al. Concentração e Polarização Industrial: uma análise da agroindústria canavieira no Brasil. *Revista Geonorte*, ano 23, n. 2, 2012.
- GOMES, G. M.; MAC DOWELL, M. C. Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que é Mau para o Econômico nem Sempre é Bom para o Social. *Texto para Discussão*, n. 706, IPEA, Brasília, fev. 2000.
- JOHNSTON, J.; DINARDO, J. *Métodos econométricos*. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, n. 44, p. 81–106, 1998.
- LUNA, T. B. de; SILVA, W. G.; SILVA FILHO, L. A. Despesas municipais nordestinas: uma análise empírica a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 48, n. 2, p. 101-110, 2017.
- MARQUES JUNIOR, L.; OLIVEIRA, C.; LAGEMANN, E. A política fiscal como um jogo entre União, estados e municípios no federalismo fiscal brasileiro. *Economic Analyses of Law Review*, v. 3, n. 2, p. 207-227, 2012.
- MYRDAL, G. *Aspectos políticos da teoria econômica*. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1997.
- SILVA FILHO, L. A.; et al. Considerações sobre receitas municipais em estados do Nordeste: comparação entre Bahia, Ceará e Piauí 2007. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 42, n. 2, p. 409-424, 2011.
- SILVA, W. G. Autonomia relativa e descentralização fiscal: uma análise da arrecadação estadual do Rio Grande do Norte. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 40, n. 136, p. 65–78, 2019.
- SILVA, W. G. *Descentralização fiscal e desenvolvimento sócioeconômico: os efeitos do FPM no dinamismo econômico de Ceará-Mirim (2000–2003)*. 2006. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2006.

SILVA, W. G.; FERREIRA, F. D. da S. Dinâmica econômica municipal nordestina e o contexto democrático: uma análise a partir do Programa Bolsa Família e o mercado eleitoral. *Revista de Economia Mackenzie*, v. 21, n. 1, p. 12–31, 2024.

SILVA, W. G.; FERREIRA, F. D. da S.; FARIA, R. Federalismo fiscal e as finanças públicas municipais potiguares: uma análise entre 2008 e 2014. *Revista de Economia*, v. 42, n. 79, 2021.

SILVA, W. G.; SILVA, A. O. de F.; VIANA, P. Z. de S. Finanças públicas municipais e dinâmica econômica imediatamente após a crise de 2008: uma análise no espaço mesorregional maranhense. *Revista Foco*, v. 15, n. 6, 2022.

SILVA, W. G.; SOUZA, J. A. N. de; FERREIRA, F. D. da S. Finanças públicas municipais revisitadas: uma análise da influência institucional da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) antes e após a crise de 2008. *Revista Foco*, v. 16, n. 1, 2023.

SILVA, W. G. *Finanças públicas na nova ordem constitucional brasileira: uma análise comportamental dos municípios potiguares nos anos antecedentes e posteriores à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – UFRN, Natal, 2009.

SILVA, W. G.; FERREIRA, F. D. da S. Fundamentos sociológicos brasileiros e o funcionalismo público: uma leitura a partir da obra *Raízes do Brasil*. In: *Encontro Nacional de Economia do Vale do Açu: Crescimento, Emprego e Reformas*, Assu/RN. Anais, 2021.

SILVA, W. G. *Fundo Público e a Programação e Execução Orçamentárias no Rio Grande do Norte: Uma Análise a Partir do Plano Plurianual 2004/2015*. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2017.

SILVA, W. G.; FIGUEIREDO, J. de S.; FERREIRA, F. D. da S. Programação e execução orçamentárias estaduais potiguares: uma análise durante o ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2016/2019. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas*, v. 1, n. 2, p. 77-88, 2021.